



PONTO A PONTO

• ENDIVIDAMENTO

O endividamento das famílias brasileiras caiu de 82,0% em agosto para 81,7% em setembro de 2026, atingindo o menor nível desde junho, quando ficou em 81,6%. A parcela de famílias que se consideram muito endividadas recuou de 17,4% para 17,3%, enquanto o percentual de famílias sem dívidas avançou de 17,9% para 18,1%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC.

• ECONOMIA

O real acumulou valorização de 10,19% frente ao dólar em 2026, registrando o terceiro maior avanço anual desde 2010, atrás de 2016 (19,81%) e 2025 (12,54%). No período, o dólar recuou de cerca de R\$ 5,50 no fim de 2025 para R\$ 4,99. Entre os fatores associados à valorização estão a taxa Selic elevada, a entrada de capital estrangeiro, o superávit comercial e o enfraquecimento do dólar no exterior. Apesar da alta nos últimos dois anos, o real ainda não recuperou integralmente a desvalorização de 21,82% registrada em 2024; no fim de 2023, o dólar estava em R\$ 4,84.

• INFLAÇÃO

A inflação oficial brasileira acelerou para 0,82% em setembro de 2026, após registrar deflação de 0,32% em agosto. O resultado ficou acima da expectativa do mercado, de 0,73%, e elevou a inflação acumulada no ano para 3,95% e, em 12 meses, para 4,58%, ante 4,22% no período anterior. O principal impacto veio do grupo Habitação, que subiu 2,31%, impulsionado pela alta de 7,98% na energia elétrica residencial, responsável por 0,32 ponto percentual do índice mensal, segundo o IPCA divulgado pelo IBGE.

• JUDICIÁRIO

O Senado Federal poderá reunir 54 dos 81 integrantes favoráveis à abertura de processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de 2027. O número corresponde a dois terços da Casa, quórum mencionado na decisão liminar do ministro Gilmar Mendes sobre a abertura desses processos. Entre os 54 senadores eleitos ou reeleitos, 37 declararam apoio à possibilidade de impeachment. Dos outros 27 integrantes da próxima legislatura, seis se posicionaram contra e 21 não declararam posição sobre o tema, **segundo levantamento do Ranking dos Políticos.**

Lula muda estratégia digital, mas estreia de Ana Elisa termina em crise de imagem



Lula e Ana Elisa (Foto: Evaristo Sá/AFP)

Depois de identificar falhas de comunicação no primeiro turno, em que Lula terminou em segundo lugar atrás de Flávio Bolsonaro, o PT decidiu mudar a abordagem digital da campanha. Na quarta-feira, 7 de outubro, Lula cedeu à pressão de aliados e gravou seus primeiros vídeos em formato selfie, um estilo que vinha resistindo até então por considerar desconfortável. Nos vídeos, ele convoca apoiadores a irem às ruas contra o que chama de retrocesso, explica a PEC que extingue a escala 6x1 no Senado e cobra publicamente como Flávio Bolsonaro vai orientar a bancada do PL a votar sobre o tema. Um integrante do círculo de confiança do presidente resumiu o diagnóstico interno: a campanha falhou em comunicar o que Flávio representa, e o selfie é visto como formato com maior potencial de retenção de atenção em um eleitorado cada vez mais acostumado a conteúdo de influenciadores.

Como parte da mesma guinada, o PT recrutou Ana Elisa Santos Silva, deputada federal eleita por Minas Gerais aos 21 anos com mais de 524 mil votos, a segunda mais votada do estado, atrás apenas de Nikolas Ferreira, e com 3,2 milhões de seguidores no Instagram, para reforçar a comunicação digital da campanha no segundo turno. A aposta, porém, saiu pela culatra rapidamente. Na quinta-feira, 8 de outubro, publicações antigas atribuídas a ela começaram a circular, com conteúdo que incluía defesa de aborto sem limite de semanas, ataques à bancada evangélica e frases que a colocavam em contradição com o discurso que vinha apresentando como deputada eleita. Horas depois, seu perfil no X saiu do ar. Ana Elisa nega a autoria de parte das mensagens, atribui a divulgação a uma articulação contrária a ela, diz ter recebido ameaças de morte e registrou boletim de ocorrência, e o PT contratou segurança pessoal para a parlamentar.

O episódio expõe o risco da estratégia de apostar em influenciadores jovens recém-eleitos como vitrine digital sem um processo de verificação prévia do histórico de publicações. Independentemente de qual parce-

la do material seja de fato de autoria de Ana Elisa, o efeito prático já está posto: a campanha perdeu, no momento em que mais precisava de uma narrativa consistente sobre Flávio, dias de pauta para administrar uma crise de imagem interna. A combinação dos dois movimentos, o selfie de Lula e o tropeço de Ana Elisa, ilustra a dificuldade do PT em equilibrar moder-

nização de linguagem com controle de risco em uma reta final na qual qualquer passo em falso digital viraliza em horas.



TENDÊNCIA: PT ficar “batendo cabeça” e procurando culpados, enquanto tenta fazer Lula ambientar-se ao ecossistema digital.

Flávio consegue transformar vantagem em apoios de partidos e candidatos derrotados



Flávio Bolsonaro em evento com governadores eleitos (Foto: Beto Barata/PL)

Flávio Bolsonaro terminou o primeiro turno na liderança, com 47,03% dos votos, contra 45% de Lula, resultado que a campanha do PL usa como principal argumento de força nas negociações da reta final. A estratégia agora é transformar essa vantagem numérica em uma rede ampla de apoios até a votação do segundo turno, marcada para 25 de outubro. Rogério Marinho, coordenador-geral da campanha, articula com o Centrão, com conversas diretas com o Republicanos de Marcos Pereira e com o PP, cuja federação com o União Brasil deveria discutir posição formal já na primeira semana após o primeiro turno. Ciro Nogueira (PP) confirmou voto em Flávio, embora tenha dito que a decisão institucional caberá à executiva do partido. Tarcísio de Freitas, reeleito governador de São Paulo em primeiro turno, se consolidou como um dos principais protagonistas da nova fase, com reunião em Brasília e declaração de foco total na eleição presidencial, incluindo agenda fora do estado.

No campo dos candidatos derrotados, o quadro de apoios já está majoritariamente definido. Romeu Zema (Novo) foi o primeiro a declarar apoio a Flávio, já na segunda-feira seguinte ao primeiro turno, com discurso focado em “derrubar Lula e o PT”. Ronaldo Caiado (PSD), que somou 2,6 milhões de votos, anunciou apoio em evento em Goiânia na terça-feira, em troca de promessas de mais recursos para Goiás e

de incorporação do modelo de segurança pública do estado ao discurso de Flávio. Augusto Cury (Avante), com 3,4 milhões de votos, foi o último a declarar posição, na quinta-feira, após conversa direta com Flávio, mas fez questão de dizer que seu apoio “não é um cheque em branco”. A exceção é Renan Santos (Missão), que também somou 2,6 milhões de votos e ficou em quarto lugar: ele liberou seus apoiadores para votar como quiserem, recusou-se a declarar apoio a qualquer um dos dois finalistas e resumiu sua posição dizendo que não vota e não recomenda voto em quem considera bandido.

No Congresso, o PL já elegeu a maior bancada do Senado a partir de 2027, com 28 integrantes, argumento que a campanha usa para vender governabilidade aos partidos ainda indecisos. A meta declarada é somar ao bloco os cerca de 9 milhões de votos que foram para os quatro candidatos derrotados, mesmo sabendo que essa transferência não é automática e que parte desse eleitorado, sobretudo o de Cury e de Renan Santos, pode simplesmente não migrar para nenhum dos dois lados no segundo turno.



TENDÊNCIA: Flávio montar uma rede de apoiadores ainda maior. PT, sem partidos relevantes, buscará apoio de artistas globais e intelectuais de esquerda.

Alcolumbre pauta para quarta-feira a votação em primeiro turno da PEC que acaba com a escala 6x1



Davi Alcolumbre, presidente do Senado (Foto: Andressa Anhoiete/Agência Senado)

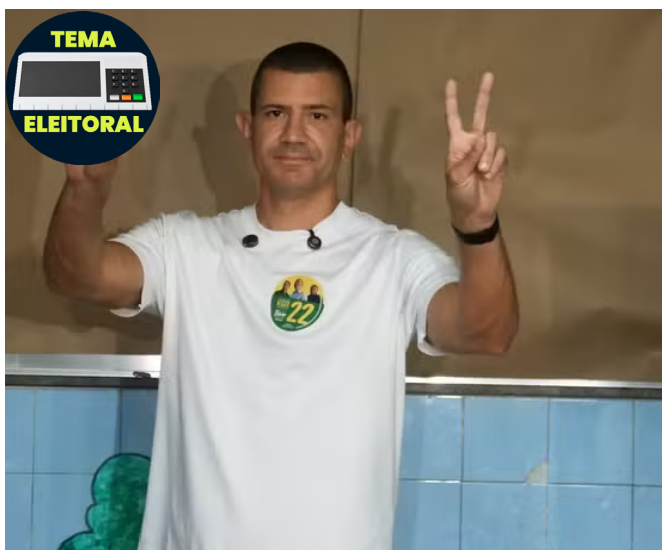
O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), marcou para a próxima quarta-feira, 14 de outubro, a votação em primeiro turno da PEC que reduz a jornada semanal máxima de 44 para 40 horas, sem corte de salário, com transição de dois passos: 60 dias após a promulgação a jornada cai para 42 horas, e um ano depois chega a 40 horas, com direito a pelo menos dois dias de descanso remunerado por semana, um deles preferencialmente no domingo. O texto, já aprovado na Câmara e com parecer favorável da CCJ do Senado, precisa de ao menos 49 dos 81 votos para avançar. Antes da votação de quarta-feira, o plenário já realizou três das cinco sessões de discussão exigidas pelo rito regimental, com mais duas previstas para terça e quarta.

A líder do governo no Senado, Teresa Leitaõ (PT-PE), articula um requerimento de calendário especial para encurtar os prazos regimentais e concluir toda a tramitação, incluindo o segundo turno, ainda na penúltima semana de outubro, antes da votação do segundo turno presidencial, em 25 de outubro. A pressa do Planalto em aprovar a PEC durante a campanha é vista como parte da tentativa de Lula de reconectar sua agenda econômica com a pauta social que mobiliza parte do eleitorado jovem e trabalhador, tema que o próprio presidente já vinha citando nos vídeos

selfie gravados para o segundo turno. Do outro lado, o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), criticou a tentativa de acelerar a análise em meio à disputa presidencial e defendeu o cumprimento integral do rito regimental, embora a bancada ainda não tenha fechado posição sobre o mérito do texto. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF), aliada direta de Flávio Bolsonaro, já confirmou que vai votar a favor da PEC, mas reconheceu publicamente que a pauta favorece politicamente Lula no momento em que ele mais precisa de uma vitória legislativa capaz de ocupar o noticiário da campanha.

Para Lula e para o PT, aprovar o fim da escala 6x1 antes do segundo turno funciona como entrega que ajudará a tentativa de reverter votos, servindo de contraponto ao avanço de Flávio. Para o PL, o dilema é mais delicado, recusar a pauta tem custo eleitoral entre os próprios trabalhadores, mas aprová-la na reta final da campanha ajuda a narrativa do adversário, o que explica por que até senadores do entorno de Flávio Bolsonaro, como Damares, preferem votar a favor sem deixar de registrar publicamente o incômodo com o timing da votação. A oposição tenta convencer Davi a adiar a votação, mas o presidente exige apoio à sua reeleição, a oposição não aceita os termos.

Douglas Ruas é declarado governador eleito do Rio após TSE anular votos de Garotinho



Douglas Ruas, candidato ao governo do RJ pelo PL (Foto: Fabiano Rocha/Agência O Globo)

O TRE-RJ confirmou, neste sábado, 10 de outubro, a vitória de Douglas Ruas (PL) para o governo do Rio de Janeiro já no primeiro turno, depois de refazer a totalização dos votos da eleição majoritária por determinação do TSE. Com a exclusão dos votos de Anthony Garotinho (Republicanos) da base de cálculo, Ruas passou a somar 50,88% dos votos válidos, superando a maioria absoluta necessária para vencer sem segundo turno. Antes da retotalização, a apuração de domingo, 4 de outubro, havia dado a Ruas 49,27% dos votos (4.271.199), a Eduardo Paes (PSD) 42,76% (3.706.984) e a Garotinho 3,17% (274.331), percentual insuficiente para eleger Garotinho, mas suficiente para impedir que qualquer um dos outros dois atingisse a maioria absoluta e forçar segundo turno.

A origem da mudança está na decisão do TSE de 8 de outubro, que confirmou por 5 votos a 2 a anulação definitiva dos votos de Garotinho. O relator, ministro Floriano de Azevedo Marques, entendeu que o ex-governador não reunia condições de elegibilidade para concorrer, já que seus direitos políticos estavam suspensos por condenação por improbidade administrativa dolosa, relacionada a um esquema que desviou R\$ 234,4 milhões da Secretaria de Saúde do estado entre 2005 e 2006, período em que Garotinho chefiava a Secretaria de Governo na gestão de sua esposa, Rosinha Garotinho. O TRE-RJ já havia negado o registro de candidatura dele antes da eleição, e a maioria

do TSE, formada também por Estela Aranha, André Mendonça, Dias Toffoli e Nunes Marques, entendeu que, uma vez negado o registro, os votos recebidos enquanto a candidatura estava sub judice perdem validade e devem ser excluídos do cálculo. Ficaram vencidos os ministros Ricardo Villas Bôas Cueva e Sebastião Reis Júnior, que defenderam manter os votos na base de cálculo e preservar a possibilidade de segundo turno, argumento também usado pela coligação de Eduardo Paes. Na tentativa de reverter o quadro, a defesa de Garotinho pediu para desistir do recurso depois de ver a maioria se formar contra ele, mas o pedido foi rejeitado por unanimidade, sob o entendimento de que o caso já envolvia interesse público e não poderia ser simplesmente abandonado pela parte.

A disputa ainda teve uma etapa no STF. A coligação de Eduardo Paes recorreu pedindo a suspensão dos efeitos da decisão do TSE, mas o ministro Cristiano Zanin negou o pedido na noite de 8 de outubro, sob o entendimento de que a Corte não deveria intervir no caso enquanto ainda havia recursos em tramitação no próprio TSE. Paes já sinalizou que pretende continuar recorrendo para tentar validar os votos de Garotinho e restabelecer a necessidade de segundo turno, de modo que o caso não está formalmente encerrado, mas a confirmação da retotalização pelo TRE-RJ consolida Douglas Ruas como governador eleito na prática.

Ruas tem 37 anos, é natural de São Gonçalo, filho do prefeito da cidade, Capitão Nelson, também do PL, e construiu a carreira política pela estrutura administrativa do estado e do município antes de se eleger deputado estadual em 2022 com a segunda maior votação da Alerj naquele pleito. Assumiu a presidência da Alerj em abril de 2026 e chega ao governo do estado pela coligação Rio Real, com Fernanda Louback, também do PL, na vice. O resultado marca mais uma eleição conturbada para o Executivo fluminense, estado que já teve sete ex-governadores consecutivos presos, cassados ou declarados inelegíveis nas últimas três décadas, incluindo Cláudio Castro, que teve os direitos políticos cassados pelo TSE antes mesmo do pleito de outubro. No plano nacional, a vitória soma o Rio de Janeiro ao conjunto de estados relevantes já sob influência direta do PL, ao lado de São Paulo com Tarcísio de Freitas, reforçando o argumento de força institucional que a campanha de Flávio Bolsonaro já vinha usando nas negociações da reta final do segundo turno.

Pesquisas da semana mostram Flávio na frente. Lula lidera em apenas em um



Ronaldo Caiado, Flávio Bolsonaro e Tarcísio de Freitas (Foto: Cristiano Mariz/O Globo)

As pesquisas de segundo turno divulgadas nos últimos dias consolidam um quadro de vantagem de Flávio Bolsonaro, com uma única exceção relevante. O Datafolha, com coleta entre os dias 6 e 8 de outubro e registro BR-02949/2026, mostra Flávio com 49% das intenções de voto totais contra 45% de Lula, o que em votos válidos equivale a 52% a 48%. A AtlasIntel, com coleta entre 3 e 8 de outubro e registro BR-03663/2026, aponta vantagem ainda maior para o candidato do PL, de 51,1% contra 45,7% de Lula, uma diferença de 5,4 pontos. A PoderData/Aya, com coleta entre 5 e 7 de outubro e registro BR-08134/2026, também mostra Flávio à frente, com 49% contra 44% de Lula.

A pesquisa mais recente, do Ipespe, divulgada neste sábado, 10, segue na mesma direção e amplia ainda mais a distância: Flávio aparece com 52,7% dos votos válidos contra 47,3% de Lula, uma diferença de 5,4 pontos, dentro de uma margem de erro de 2,6 pontos. É o quarto instituto consecutivo, entre os principais divulgados na semana, a colocar o candidato do PL na frente.

A exceção continua sendo o Vox Brasil, com coleta entre 5 e 7 de outubro, divulgada em 9 de outubro

sob o registro BR-09623/2026: o instituto aponta Lula com 44,2% das intenções de voto totais contra 42,7% de Flávio, o que em votos válidos representa 50,86% a 49,14%, uma diferença de menos de dois pontos, dentro da margem de erro de 2,15 pontos do próprio levantamento. Até o momento, é a única pesquisa da semana, entre as cinco principais divulgadas, que inverte a ordem observada nos demais institutos.

A leitura mais direta do conjunto é que Flávio consolidou, na primeira semana após o primeiro turno, a vantagem que já trouxera das urnas, reforçada pela movimentação de apoios de Zema, Caiado e Cury e pela articulação com o Centrão, e a nova pesquisa do Ipespe reforça essa tendência em vez de contestá-la. O caso do Vox Brasil, isolado entre os cinco levantamentos, levanta a questão de se o resultado reflete metodologia distinta, como a diferença entre pesquisa domiciliar presencial e os modelos majoritariamente digitais ou telefônicos usados pelos concorrentes, ou simplesmente uma oscilação dentro da margem de erro em uma corrida que segue tecnicamente disputada, apesar da vantagem recorrente de Flávio nos demais institutos.

Ministros do STF temem que vitória de Flávio reabra contestação sobre atuação do tribunal



Alexandre de Moraes, ministro do STF (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Ministros do STF ouvidos reservadamente pela Revista Oeste avaliam, segundo reportagem da Veja Aqui Agora, que a conduta de parte do próprio tribunal pode criar um ambiente propício para contestar o resultado da eleição caso Flávio Bolsonaro vença o segundo turno. A preocupação central é a construção de uma narrativa que associe decisões judiciais recentes, investigações em curso e vazamentos de informação a interesses políticos e eleitorais, o que, segundo um dos magistrados citados, é capaz de alimentar questionamentos sobre a atuação das instituições e levantar dúvidas sobre a neutralidade dos órgãos do processo eleitoral.

Dois nomes concentram as críticas internas citadas na reportagem. André Mendonça, relator do processo do Banco Master no STF, é alvo de questionamentos sobre suposta parcialidade, tendo sido chamado por Gilmar Mendes, em tom crítico, de autor de um “pixuleco eleitoral”. Alexandre de Moraes, por sua vez, aparece mencionado por conversas de WhatsApp com Daniel Vorcaro registradas em relatório da Polícia Federal, nas quais o banqueiro teria

pedido ajuda ao ministro. O próprio Gilmar Mendes, decano da corte, já havia afirmado publicamente que o STF poderia atuar como instância de revisão caso considerasse que o TSE não conduziu a eleição com imparcialidade, e alertou em publicação nas redes sociais para o risco de politização da Justiça Eleitoral.

A reportagem, baseada em fontes anônimas e sem resposta dos ministros citados, não descreve nenhuma medida formal em estudo, apenas o registro de que a disputa interna e as declarações públicas já estão construindo uma narrativa de desconfiança institucional antes mesmo do resultado do segundo turno. O episódio reforça um padrão que já se repete desde o primeiro turno: o ambiente dentro do próprio STF, marcado pelo atrito entre Gilmar Mendes e Mendonça, segue produzindo efeitos diretos sobre a legitimidade percebida do processo eleitoral, independentemente de qual candidato vença em 25 de outubro.



TENDÊNCIA: STF continuar alvo da nova bancada de senadores eleitos.

Moraes manda prender Eduardo Bolsonaro após condenação por coação se tornar definitiva



Eduardo Bolsonaro (Foto: Pedro França/Agência Senado)

O ministro Alexandre de Moraes determinou, em 8 de outubro, o início da execução da pena de Eduardo Bolsonaro e a expedição de mandado de prisão contra o ex-deputado federal. A decisão veio depois que a condenação por coação no curso do processo se tornou definitiva em 3 de outubro, conforme certidão da Secretaria Judiciária do STF, com a Primeira Turma rejeitando por unanimidade os embargos de declaração apresentados pela defesa e negando também o pedido de reconhecimento da atenuante de confissão espontânea.

Segundo o acórdão da Primeira Turma, Eduardo usou seu mandato de deputado federal para articular sanções de autoridades estrangeiras contra integrantes do Judiciário brasileiro e contra o procurador-geral da República, com o objetivo de influenciar o andamento da ação penal que envolve seu pai, Jair Bolsonaro. A pena fixada é de quatro anos e dois meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, além de cinquenta dias-multa, cada um equivalente a dois salários mínimos. Moraes também determinou o cancelamento de todos os passaportes brasileiros emitidos em nome de

Eduardo, a perda imediata do cargo de escrivão por parte do diretor-geral da Polícia Federal e a comunicação ao TSE, já que seus direitos políticos ficam suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação, conforme o artigo 15, inciso III, da Constituição.

O acórdão registra ainda que Eduardo permaneceu deliberadamente fora do Brasil durante toda a instrução processual e continuou praticando as condutas consideradas criminosas nesse período, fator usado pela Primeira Turma para afastar o argumento de confissão espontânea. A decisão chega em meio à reta final do segundo turno e à disputa em torno da legitimidade institucional da eleição, e tende a ser explorada nos dois lados do espectro político: pela campanha de Lula, como evidência de que o bolsonarismo segue sob risco penal mesmo durante o processo eleitoral, e pelo entorno de Flávio e Jair Bolsonaro, como argumento de perseguição política contra a família na véspera da votação de 25 de outubro.



TENDÊNCIA: Eduardo permanecer nos EUA, sem ser deportado.

Em destaque no Ranking

• ESTUDOS DO RANKING DOS POLÍTICOS SÃO DESTAQUE NA IMPRENSA

Um levantamento inédito do **Ranking dos Políticos**, divulgado neste sábado (10) pelo portal R7, revela que, embora 43,7% das cadeiras do Congresso Nacional tenham mudado de ocupante nas eleições de 2026, a renovação líquida foi de apenas 9%. O estudo diferencia a simples substituição de parlamentares da entrada de novos quadros sem experiência política institucional anterior. Na Câmara dos Deputados, a renovação líquida foi de 8,8%, enquanto no Senado chegou a 11,1%. Os resultados demonstram que a maior parte dos novos congressistas já possui trajetória política, evidenciando a circulação de lideranças entre diferentes cargos e a dificuldade de ingresso de novos nomes na política nacional. [Clique aqui para conferir!](#)

O **Ranking dos Políticos** também realizou um levantamento abrangente dos resultados do primeiro turno das eleições de 2026, reunindo dados e análises sobre a nova composição do Congresso Nacional, a renovação parlamentar e os principais desdobramentos das disputas eleitorais em todo o país. O estudo integra o trabalho de acompanhamento e produção de informações sobre o cenário político brasileiro desenvolvido pelo time Ranking dos Políticos. [Clique aqui para conferir!](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputado Zucco (PL-RS)

Luciano Lorenzini Zucco nasceu em 9 de março de 1974 em Alegrete (RS). Militar de carreira, formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e tem mestrado em Inteligência Estratégica. Elegeu-se deputado estadual em 2018, o mais votado do estado, e deputado federal em 2022, com 259.023 votos. Na Câmara, é líder da Oposição e integra as comissões de Segurança Pública e de Agricultura. Em 2026, foi eleito governador do Rio Grande do Sul no primeiro turno.

Luciano Zucco recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em todos os anos da 57ª Legislatura (2023-2026) pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

- | | |
|---|--|
|  Juan Carlos |  Danylo Shimano |
|  Luan Sperandio |  Daniel Galvêas |
|  Gabriel Jubran |  Victor Ribeiro |

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

